

# BENDITA SEJA A CIÊNCIA BRANCA

## BLESSED BE THE WHITE SCIENCE

Everton Lamare Costa Melo e Silva 1

**Resumo:** O presente artigo tem a intenção de promover uma reflexão crítica acerca das bases epistemológicas que orientam o pensamento intelectual nas sociedades que passaram por processos de colonização. O centro desta reflexão tem como base o pensamento científico ocidental, que trataremos ao longo do texto sob a terminologia de “ciência branca”. Entendendo que esta não é a única forma de conhecimento sistematizado adquirido através da observação e pesquisa, partiremos do pressuposto que existem outras ciências, e outros saberes, provenientes de outras origens que não a européia branca. Tentarei estabelecer, através do diálogo entre intelectuais do pensamento feminista negro e intelectuais do pensamento decolonial, uma análise sobre o processo de invisibilização de saberes de origem não-branca, bem como pensar em alternativas que permitam pensar na superação da colonização epistêmica eurocêntrica.

**Palavras-chave:** Ciência branca. Colonização epistêmica. Eurocentrismo. Feminismo negro. Decolonialismo.

**Abstract:** This article intends to promote a critical reflection about the epistemological bases that guide intellectual thinking in societies that have gone through colonization processes. The center of this reflection is based on western scientific thinking, which we will deal with throughout the text under the terminology of “white science”. Understanding that this is not the only form of systematized knowledge acquired through observation and research, we will assume that there are other sciences, and other knowledge, from origins other than white european. I will try to establish, through the dialogue between intellectuals of black feminist thought and intellectuals of decolonial thought, an analysis of the process of invisibility of non-white knowledge, as well as to think of alternatives to overcome the eurocentric epistemic colonization.

**Keywords:** White science. Epistemic colonization. Eurocentrismo. Black feminism. Decolonialism.

## Introdução

Iniciaremos nossa reflexão partindo da ideia que o ser humano surgiu no planeta há muito tempo, no continente africano, e desde então se espalhou pelos mais diversos cantos da terra, construindo diferentes formas de se relacionar com o mundo e de conhecê-lo. Desde então, uma grande multiplicidade de conhecimentos, culturas e cosmologias foram se desenvolvendo, se relacionando e alterando umas as outras através de uma série de processos.

Esses processos de contato entre diferentes culturais que vieram ocorrendo ao longo de tempo tiveram variadas configurações. Podemos deduzir que alguns ocorreram de maneira mais pacífica, e outros nem tanto. Muitas guerras, colonizações e massacres decorrentes de projetos de dominação e, ou, imperialistas explodiram ao longo dos milênios em que a humanidade foi ocupando os mais diversos territórios do globo terrestre.

Pensando justamente nesses processos, o líder indígena Ailton Krenak, em sua obra mais recente: “Ideias para Adiar o Fim do Mundo”, publicada em 2019, fala sobre o que talvez tenha sido o mais violento de todos: sustentada na premissa de que havia uma “humanidade esclarecida que precisava ir ao encontro da humanidade obscurecida, trazendo-a para essa luz incrível”, construiu-se a ideia de que “os brancos europeus podiam sair colonizando o resto do mundo” (KRENAK, 2019, p.11).

Neste livro, o autor nos alerta para uma série de consequências desastrosas resultantes da colonização da América e da criação de um conceito, desenvolvido pelo homem branco, de “humanidade” dissociada da natureza, em detrimento daquilo que pregam as sabedorias do Povo Krenak e demais povos “agarrados na terra [...] que ficaram meio esquecidos pelas bordas do planeta, nas margens dos rios, nas beiras dos oceanos, na África, na Ásia ou na América Latina” (KRENAK, 2019, p.21).

A ideia de nós, os humanos, nos descolarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatória, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. Oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino e, se possível, a mesma língua para todo mundo (KRENAK, 2019, p.22-23).

Por este motivo falaremos neste artigo, de forma bem específica, sobre a bendita “ciência branca” (reverenciada pela cultura ocidental e portadora de uma dita verdade superior, quase que substituta do pensamento religioso), uma vez que o dicionário<sup>1</sup> se refere à ciência como um “conhecimento atento e aprofundado de algo”, e acreditando que essa não seja uma virtude exclusivamente européia, logo, entendendo que existam variadas formas de ciências além da criada por essa “humanidade esclarecida”. Entretanto, o processo colonizador europeu foi tão bem sucedido que nos tornou incapazes de perceber e reconhecer a importância dessas outras formas de conhecimento.

Aquilo que chamamos aqui de ciência branca, apresentou um papel central no projeto colonizador europeu. Walter Mignolo (2010) afirma que um dos aspectos mais poderosos da colonização é resultado de uma matriz complexa, ou padrão de poder, baseada em pilares bem definidos: o conhecer (epistemologia), compreensão ou compreender (hermenêutica) e o sentir (aesthesis). Assim sendo, a matriz colonial do poder é, em última instância, uma rede de crenças sobre as quais se atua e se racionaliza as ações. Nesse sentido, a ciência atuou em duas frentes do projeto colonial europeu: 1º justificando o empreendimento colonizador através de um discurso racionalizado e; 2º sendo incorporada à mentalidade do colonizado, se afirmando enquanto uma verdade superior e deslegitimando os demais saberes.

A fim de pensarmos em possibilidades alternativas à esta, imposta pelo tão bem sucedido projeto colonial eurocêntrico, nos próximos tópicos deste artigo: “O Todo Poderoso Darwin” buscarei realizar uma reflexão sobre como o discurso científico está tão fortemente arraigado à nossa compreensão do mundo e de nós mesmos, a partir da crítica do pensamento feminista negro de Sueli Carneiro. No segundo tópico: “Heresias Epistêmicas”, tentarei estabelecer um diálogo

1 Dicionário Online de Português.

entre alguns autores do pensamento decolonial, a fim de compreender o quão difícil e necessária é essa ação de questionarmos as tentativas históricas de construção de uma monocultura do conhecimento e da colonização epistêmica, promovidas pelo pensamento eurocêntrico.

## O Todo Poderoso Darwin

Por que o conhecimento científico tem tanto poder? Para o historiador israelense Yuval Harari – autor do *best seller*: “Sapiens: Uma Breve História da Humanidade” (2014), que tem como uma das principais referências o livro: “A Origem das Espécies”, publicado originalmente em 1859, pelo naturalista britânico Charles Darwin –, a ciência moderna apresenta um avanço significativo em relação aos demais conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade, em função daquilo que ele considera três aspectos cruciais:

O primeiro aspecto seria a disposição para admitir a ignorância humana. A ciência moderna se baseia na expressão latina *ignoramus* (nós não sabemos), e aceita que as coisas que achamos que sabemos podem se mostrar equivocadas à medida que adquirimos mais conhecimento. Nenhum conceito, ideia ou teoria é sagrada ou inquestionável. O segundo aspecto seria o lugar central da observação e da matemática: tendo admitido a ignorância, a ciência moderna almeja obter novos conhecimentos e o faz reunindo observações e então usando ferramentas matemáticas para relacionar essas observações em teorias abrangentes. Por último, a aquisição de novas capacidades: a ciência moderna não se contenta em criar teorias. Usa essas teorias para adquirir novas capacidades e, em particular, para desenvolver novas tecnologias (HARARI, 2014).

Entretanto, essa pretensão da ciência (para não dizer dos cientistas) em se apresentar enquanto um conhecimento “mais avançado” em reação aos demais saberes produzidos historicamente pela humanidade, ao mesmo tempo em que assume “não saber” de tudo, gera uma contradição dentro do próprio discurso científico, conforme contesta Sueli Carneiro (2005. p.21):

As ciências, benditas sejam, encontrariam a explicação científica para os meus males, decretando a minha inferioridade natural em relação a outros humanos, constatada pela medição de meu cérebro certificadamente incapaz para a atividade intelectual; pela avaliação de minhas produções culturais perceberam a minha insuficiente capacidade de autogoverno, e autodeterminação; notaram a ausência, nas sociedades das quais sou originária, de formas de organização social reconhecíveis como tal; identificaram minha ignorância cujo atestado é a inexistência de escrita para registrar os meus feitos (sendo esses hoje desconhecidos para mim como para ti) e revelaram meu estágio primitivo pelos fetiches que adoro que não alcançam o sentido da verdadeira religião.

Em sua tese de doutorado: “A construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser”, defendida no ano de 2005, Sueli Carneiro estabelece um diálogo com as categorias de discurso, conhecimento e poder, de Michel Foucault, para explicar como a ciência ocidental opera na institucionalização da produção dessa “verdade superior”, por deter o poder de produzir e distribuir informações anunciadamente genuínas. Para isso, a autora indica que os discursos, ou seja: as elaborações teórico-científicas, que são formadas no interior do conhecimento ocidental eurocêntrico, têm a pretensão de serem mais válidas que os demais saberes.

Ainda em consonância com o filósofo francês, Carneiro afirma que o conhecimento determina e é determinado pelo poder, e que a busca pelo poder gera conflito. É exatamente por essa busca pelo poder, e por essa verdade conflituosa, que o conhecimento científico ocidental tende a marginalizar tudo aquilo que estiver fora do seu mundo de razão (CARNEIRO, 2005).

Entretanto, o que estamos tentando pôr em questão, aqui, não é a importância da ciência ocidental enquanto um saber historicamente construído pela humanidade. A final sou também um cientista. A grande questão é se devemos aceitar a verdade científica como algo universalmente

legítimo. Seria a ciência um saber neutro, produzido em detrimento dos interesses daqueles que a produzem? Ou seria um saber político, construído sob um discurso dominante, que tem poder de determinar quem pode ou não falar?

Certa vez, durante uma aula de Educação Física, ministrada por mim a uma turma de 8º ano da Educação de jovens e Adultos (EJA), em um bairro periférico de Senador Canedo (cidade que se encontra na periferia da grande Goiânia), eu tentava explicar aos estudantes<sup>2</sup> a importância histórica e social do repertório de movimentos realizados pelos nossos corpos, para além dos aspectos meramente fisiológicos. A fim de alcançar um nível mais aprofundado de concepção do movimento corporal, que os fizessem compreender sua relevância para além do discurso higienista que associa os exercícios físicos à saúde, procurei dar exemplos da percepção humana da corporeidade em diferentes momentos da história.

Um dos melhores exemplos – acreditei – que me vieram à mente naquele momento foi analisar o estilo de vida praticado pelos primeiros grupos de *homo sapiens* caçadores coletores. Conteí uma breve história sobre como seria a vida de um hipotético agrupamento de indivíduos que vivenciaram o período paleolítico. Como eu sabia que a turma já havia estudado esse conteúdo na disciplina de História, acreditava que o exemplo seria ótimo para a reflexão. Estimulei-os a pensar e discutir sobre a dimensão do corpo enquanto um dos poucos instrumentos disponíveis àquelas pessoas, e a partir disso, refletir sobre as nossas próprias práticas corporais atuais.

Depois dessa breve conversa, expliquei que, do ponto de vista evolutivo, nossos corpos não eram muito diferentes dos primeiros *sapiens*. Nossos órgãos, músculos, articulações e ossos foram forjados há muito tempo atrás, e desde então vêm desempenhando diferentes funções ao longo das eras.

Em oposição ao meu manifesto entusiasmo durante essa aula, havia uma estudante visivelmente incomodada com o assunto que estava sendo abordado ali. Com o cenho franzido e a cabeça balançando constantemente em um tom reprovativo, uma mulher negra, aluna da EJA há alguns anos, aparentando ter em torno de 40 anos de idade, demonstrando receio em falar, se vira em direção a mim e pergunta:

- *Professor, eu me lembro mais ou menos dessa aula de História que fala sobre esse tal de homo sapiens e esse negócio de evolução. Essa é a explicação de que o homem vem do macaco, não é?*

Eu fiquei um pouco embaraçado com a pergunta, mas logo consegui formular uma resposta que considerei adequada no momento:

- *Não. Na verdade, a Teoria da evolução não diz que os seres humanos vieram do macaco. Somos diferentes. Segundo essa teoria, somos humanos da espécie sapiens, porém pertencemos à ordem dos primatas, o que pode indicar que tenhamos ancestrais evolutivos em comum com outros grandes primatas, como os chimpanzés e gorilas.*

Minha resposta, ao invés de cumprir o propósito de sanar sua dúvida, parece tê-la deixado ainda mais desconfortável. Então, logo ela replicou:

- *Pois fique sabendo que eu não acredito em nada disso que o senhor está dizendo. Para mim nós viemos apenas de Deus, que fez todos nós a sua imagem e semelhança.*

Nesse momento eu compreendi sua indignação. Após estar trabalhando como professor naquela região há quase cinco anos, eu já havia percebido a grande quantidade de pessoas associadas a religiões neopentecostais, e como a religião assumia um lugar de grande protagonismo naquela comunidade. Eu a perguntei se ela pertencia a alguma religião (já prevendo a resposta) e ela me respondeu que era “evangélica”. Foi então que, buscando me justificar perante a turma, e à própria estudante, bem como tentando oferecer uma solução definitiva à discussão, dei uma resposta que soou mais como uma prepotência, ou seja, uma “carteirada intelectual”:

- *Veja bem. A explicação que a senhora traz aqui, sobre o surgimento do homem enquanto criação divina é uma elaboração de uma teoria chamada de “criacionismo”. Essa é uma explicação muito proferida e aceita por um grande número de pessoas no mundo. Porém, ela é mais restrita às igrejas e tempos religiosos cristãos. Nós estamos, neste momento, em uma escola pública. Esta*

<sup>2</sup> Em sua maioria, trabalhadores adultos que não tiveram a oportunidade de concluir os estudos no tempo previsto e agora buscam fazê-lo, quase sempre esperando alcançar condições de trabalho mais dignas, com um diploma de ensino médio em mãos.

instituição deve atender aos interesses de todas as pessoas que estudam aqui. Inclusive as que não são cristãs. Por isso, aqui na escola, nós devemos priorizar o conhecimento científico. A função da igreja é oferecer explicações religiosas aos nossos questionamentos. A função da escola é oferecer explicações comprovadamente científicas a esses questionamentos.

Todavia, indiferente à minha arrogância epistêmica, ela se volta a mim, pela última vez na aula, e diz:

*- Pois então, se ciência for isso, o conhecimento científico não serve para mim.*

## **Heresias Epistêmicas**

Talvez a minha atitude tenha sido que muitos outros professores teriam se confrontados dessa mesma forma. E talvez muitos até considerem o que eu fiz o mais “correto” a ser feito naquela ocasião. No entanto, após refletir melhor sobre o ocorrido, cheguei à conclusão que o posicionamento que tomei em reação a essa aluna despreza toda a minha trajetória acadêmica, sobretudo dentro da Antropologia.

A essa altura, eu me encontrava cursando a disciplina de “Epistemologias e Feminismo Negro”, oferecida no primeiro semestre de 2019, pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Goiás (PPGAS-UFG). Já havia defendido uma monografia<sup>3</sup> de encerramento de graduação em Educação Física e uma dissertação<sup>4</sup> de mestrado em Antropologia que tinham como principal objetivo questionar as bases epistêmicas hegemônicas e eurocêtricas do nosso conhecimento. A postura adotada por mim diante daquela situação, se não pôs em xeque meu posicionamento sobre os processos educativos e as formulações epistemológicas, apresentou, no mínimo, uma lacuna teórico-metodológica entre a minha formação acadêmica e o meu trabalho pedagógico.

Uma das autoras que estão na fundação da minha linha de estudo, a pedagoga Catherine Walsh, em sua pesquisa intitulada “Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial” (2009), estabelece um diálogo entre as obras de Paulo Freire e Frantz Fanon, procurando estabelecer uma reflexão que permita pensar em uma Educação que supere o paradigma epistêmico eurocêntrico.

Para desenvolver sua teoria, ela se apóia nos pensamentos de Paulo Freire e Frantz Fanon, dois intelectuais comprometidos com as lutas de libertação, emancipação e de descolonização, apontando contribuições importantes para a educação intercultural, crítica e descolonizada. Neste trabalho, Catherine Walsh aponta que os processos de emancipação a serem estabelecidos a partir da contribuição das pedagogias decoloniais não se resumem a libertar as identidades culturais, como se a colonialidade pudesse ser superada apenas no campo cultural.

Para Catherine Walsh (2009), o trabalho a ser feito pelos intelectuais que pensam a Educação hoje, sobretudo nos países do Sul global, é o de buscar uma alternativa que ponha em xeque as concepções hegemônicas preestabelecidas, desde a prática pedagógica até os próprios pressupostos ontológicos que regem a nossa vida em sociedade, a fim de propor uma reelaboração da lógica social hegemônica. Catherine Walsh (2009) propõe a articulação entre igualdade e reconhecimento das diferenças culturais e não apenas a tolerância com uma inclusão adaptadora de comunidades não-brancas dentro do atual modelo de vida em sociedade, onde há uma substancial predominância dos discursos ocidentais eurocêtricos.

Pensando por essa perspectiva, associada à teoria foucaultiana do poder do discurso enquanto dispositivo criador de verdades, apresentada por Sueli Carneiro, por que A Origem das Espécies apresentaria uma verdade mais universal do que a Bíblia? Não seriam ambas, verdades conflituosas? Não estaria o professor invocando a divindade darwiniana do mesmo modo que a estudante invocava a divindade cristã? Quantas outras verdades sobre o surgimento do ser humano existem ainda hoje? Quais deixaram de existir após o massacre epistêmico daqueles que as professavam? Qual de nós estaria dizendo a verdade mais genuína? A quais propósitos servem estas verdades – o meu seria mais “nobre” que o seu? A “Verdade”, nas palavras da própria Sueli Carneiro (CARNEIRO, 2005, p.20): “conforme falou um filósofo africano (desculpa a heresia) resume-

<sup>3</sup> Discussões sobre Preconceito, Racismo e Sexualidade na Formação Inicial em Educação Física (2013).

<sup>4</sup> Marginalidade e Luta: por uma descolonização curricular na Educação Física (2018).

se a três, a minha a sua, e ela, a Verdade, inatingível para nós dois”.

Eu poderia justificar esse posicionamento arbitrário alegando que meu ateísmo cético me impede de pensar em questões metafísicas. Entretanto, teria assumido a mesma postura se a minha interlocutora fosse uma candomblecista, argumentando com elementos da cosmologia afro-brasileira que todas as criaturas vivas da terra foram criadas por Olxalá a mando do seu pai Olorum; ou uma estudante indígena, explicando que o surgimento da humanidade ocorreu quando uma mulher, Yebábéló, se fez a si mesma a partir de coisas invisíveis e depois criou os demais seres vivos? Ou a minha maior resistência foi em relação à religião cristã e toda carga colonizadora/etnocida impressa nela?

Independente da motivação, ou da “outra” verdade que tenha sido posta em pauta na ocasião, o fato é que, no final das contas, ali estava eu, reproduzindo o discurso dominante que há tempos vem sendo criticado pela pedagogia decolonial. Advogar em defesa da bendita ciência ocidental, atribuindo-lhe uma universalidade epistêmica, é legitimar todo um processo de invisibilização, pautado no racismo e no embranquecimento dos saberes.

Favorecendo essa discussão, Sueli Carneiro (2005), baseada nas obras de Roseli Fischmann e Thomas Kuhn, sugere que os cientistas não formulam conceitos, leis, teorias de forma abstrata ou isolada. Esses instrumentos intelectuais são, na verdade, encontrados, a princípio, numa unidade histórica e pedagogicamente anterior. Para Sueli, essa “unidade histórica e pedagogicamente anterior” é representada, para a ciência brasileira, pela escravidão dos povos africanos e por todos os discursos que foram produzidos com a intenção de legitimar esse processo. A reprodução desses discursos ao longo do período colonial resultou, entre outras coisas, no conjunto de valores e valorações que justificaram a permanência da escravidão africana pelo Ocidente por mais de trezentos anos.

Para Neusa Santos Souza (1983), o grande paradoxo do negro, em uma sociedade racista, é enxergar nos referenciais brancos a única saída de sua condição de subalternidade. Seguindo essa linha de raciocínio, poderíamos imaginar que tanto o discurso científico ocidental eurocêntrico, quanto o discurso cristão, igualmente eurocêntrico, fizesse parte do mesmo escopo de conhecimentos coloniais, que sustentam o eurocentrismo e o racismo institucional. Todavia, o conhecimento científico representa – parafraseando Walter Mignolo (2010) –, dentro da ótica da modernidade, um conhecimento que desfruta de um lugar mais elevado na hierarquia de legitimidade social, pela sua capacidade de formulação poderosos discursos universalizantes, ao passo em que deslegitima os conhecimentos que não obedecem a sua lógica. Isso o transforma em uma ferramenta sofisticada da colonização e embranquecimento do saber.

Se levarmos em consideração a ideia de Neusa Santos que “uma das formas de exercer autonomia é possuir um discurso sobre si mesmo” (1983. p.17), ao mesmo tempo em que pensarmos nos discursos desumanizantes e animalizantes aos quais o negro foi submetido no Brasil escravagista e pós-escravagista, não fica tão difícil de entender a aversão que uma mulher negra sinta ao pensar que estão relacionando a sua existência à de um macaco. Afinal, a própria ciência, entre o final do século XIX e início do XX, foi responsável por criar, através das teorias evolucionistas, em nome no sagrado darwinismo, a ideia de que haveriam seres humanos mais evoluídos: eles – as pessoas brancas que habitavam o pequeno continente europeu e os seus descendentes – e outros menos evoluídos: nós – obviamente que quanto menos próximo do ser humano supremo: o europeu branco, menos evoluído (“próximos do macaco”).

Ser negro numa sociedade branca, de classe e ideologia dominantes, estética e comportamentos, exigências e expectativas brancas, faz com que respondamos positivamente ao apelo de ascensão e legitimidade social, o que nos faz optar pela conquista de valores, status e prerrogativas brancos (SOUZA, 1983).

Partindo dessa premissa, a adoção de uma doutrina religiosa paternalista, que supostamente me assegura que eu não tenho nada de macaco, mas sim a imagem e semelhança daquilo que possui mais valor para a cosmologia branca: o Deus cristão, ou a adoção de uma doutrina baseada nos cânones científicos europeus, enquanto forma de superação do conhecimento primitivo dos nossos ancestrais não-brancos, têm a mesma pretensão de ascensão e legitimidade social: se embranquecer.

Nessa perspectiva, percebemos que a tentativa de superação da colonialidade encontra

respaldo não apenas entre os autores decoloniais, muitas intelectuais negras ou grupos de feministas negras são incorporadas, ou incorporam, a terminologias decolonialidades às suas ações e experiências ao estabelecerem a relação existente entre a estrutura da colonialidade e a construção de inúmeras opressões que as mulheres negras sofrem vêm sofrendo historicamente. São propostas alternativas à hegemonia européia no processo de dominação colonial, elaboradas a partir das experiências subalternas, com o objetivo de promover uma mudança nas estruturas sociais com novos paradigmas epistemológicos (REGAZOLI, 2018).

Em consonância com essa compreensão, Walter Mignolo (2010) aponta para a necessidade de pensarmos numa proposta de emancipação epistêmica, com a intenção de superar o processo de branqueamento do conhecimento, é o que permitiria a superação do paradigma científico ocidental de racionalidade eurocêntrica. Para isso, seria necessário nos livrarmos de todo poder imposto pela colonização cultural, não constituído na decisão sujeitos livre.

A compreensão de liberdade, nesse sentido, não pode estar dissociada da ideia de emancipação epistemológica, uma vez que sujeitos sem a consciência de que existe um projeto de colonização dos saberes, no qual estamos inseridos, ficam impossibilitados de questionar uma configuração de paradigma que se coloca como universal, quando, na maioria das vezes, essa aparente universalidade aponta para interesses pontuais de uma determinada parcela da população.

O marco central para a concretização do controle colonial encontra-se na histórica articulação entre a ideia de raça como instrumento de classificação e controle social e o desenvolvimento do capitalismo mundial (moderno, colonial, eurocêntrico), que se iniciou como parte constitutiva da constituição histórica da América: o problema existencial ontológico, particularmente dos descendentes africanos, um problema enraizado não só na desumanização do ser, mas também na negação e destruição de sua coletividade diaspórico-civilizatória e sua filosofia, como razão e prática de existência. Logo, não podemos deixar de admitir que ao assumirmos a tarefa decolonial, assumimos o encargo de romper as correntes que ainda temos em nossas mentes, contando com um instrumento: a educação.

## Considerações Finais

Para encerrarmos nossas reflexões, falarei sobre o livro do professor e filósofo Luis Dantas publica, no ano de 2015, que traz um texto que foi escrito originalmente para a monografia de conclusão do Curso de Especialização em Educação das Relações Étnico-Raciais, intitulado: “Descolonização Curricular: A Filosofia Africana no Ensino Médio”. Nesta obra Dantas estabelece uma crítica às bases epistemológicas do currículo de ensino médio do estado do Paraná, mais especificamente na matéria de filosofia.

Após perceber a ausência de referenciais não-europeus nos documentos curriculares, o autor inicia uma profunda reflexão sobre a colonização epistêmica e a invisibilização dos filósofos provenientes do que ele chama de “Sul Global” (africanos, latino-americanos, asiáticos e demais povos que não se enquadram nas características eurocêntricas do projeto ocidental).

As discussões sobre colonização epistêmica e invisibilização desses “outros” saberes não são mais nenhuma novidade para nós. Porém, um dos problemas apontados por Luis Dantas (2015) nesta obra é fundamental para compreendermos a complexidade da nossa reflexão: a necessidade de ressignificação crítica do lugar de anunciação epistêmico, mesmo sabendo que o marco conceitual e sistemas de categorização estão determinados pela ordem epistemológica ocidental que se pretende criticar.

Essa provocação de Dantas é fundamental para a compreensão de tudo aquilo que foi discutido neste artigo. Como é possível criticar um determinado conhecimento quando nossas próprias bases epistemológicas estão impregnadas deste? A própria hipótese do surgimento do ser humano no continente africano e a sua jornada pelo mundo, levantada no início do texto, é de origem científica.

É necessário que tenhamos em mente, antes da superação do pensamento branco científico em si, a apropriação que podemos fazer deste. A ciência criada no continente europeu e dissipada pelo resto do mundo não pode, nem deve, ser ignorada, mas deve passar por um filtro de

criticidade, primeiro para que ela não se imponha como uma verdade mais legítima, depois, para que possa ocupar um lugar de equivalência com os demais conhecimentos, abolindo essa ideia hierárquica histórica e institucionalmente incorporada ao nosso pensamento.

Precisamos ter a consciência que temos muito a aprender com aqueles povos que Ailton Krenak reiterou estarem fora do projeto civilizatório colonial. Mais do que isso, precisamos reconhecer o fracasso que esse mundo “civilizado” apresenta, sobretudo em relação àquilo que Davi Copenawa alerta em seu “A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami” (2015), como nós, os civilizados, não somos capazes de compreender a importância de viver em equilíbrio com o resto do mundo, ou entendermos que somos também parte da natureza, e não um grupo de seres superiores com o poder e o direito de explorá-la. Afinal:

Nosso tempo é especialista em criar ausências: do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida. Isso gera uma intolerância muito grande com relação a quem ainda é capaz de experimentar o prazer de estar vivo, de cantar, de dançar. E está cheio de pequenas constelações de gente espalhada pelo mundo que dança, canta, faz chover. O tipo de humanidade zumbi que estamos sendo convocados a integrar não tolera tanto prazer, tanta fruição de vida. Então, pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos (KRENAK, 2019, p. 26-27).

A humanidade zumbi a que Ailton Krenak se refere, e da qual fazemos parte, é dotada de um sentimento de superioridade e arrogância em frente à diversidade de existências nesse mundo e toma para si a tarefa de construção de uma civilidade, justificada pela ideia de que exista uma única, ou pelo menos mais correta, forma aceitável de estar aqui na Terra, baseada, sobretudo, nas relações de produção e consumo propagadas pelo sistema capitalista.

Tanto Davi Kopenawa quanto Ailton Krenak, nas obras citadas anteriormente neste artigo, oferecem, através dos conhecimentos dos seus respectivos povos, uma compreensão expandida a ideia de “humanidade”. Os yanomamis acreditam que o estado de humanidade (como nós, ocidentalizados compreendemos) pode compartilhado entre todos os seres, ou seja, os animais também seriam humanos, logo, suas atividades estão associadas a características e modos de vida humanos. Os krenak consideram o rio Doce como um avó sábio, chamam ele de Uatu, quando as barragem de Mariana estourou e o rio ficou cheio de resíduo de minérios eles disseram que ele entrou em coma. Para o pensamento científico branco esse tipo sabedoria não é válida, serve no máximo como folclore ou como objeto de estudos acadêmicos. Por outro lado, é o próprio pensamento científico, associado à ideologia capitalista de progresso, que assegura que crimes ambientais como esse continuem a acontecer.

O capitalismo, enquanto dimensão econômica, o ocidentalismo, ou seja, a ideia que vivemos todos sob uma única jurisdição, enquanto dimensão social e a ciência branca, enquanto dimensão epistemológica, configuram uma espécie de tripé que dá sustentabilidade a essa ideia de humanidade zumbi da qual fazemos parte, que parece estar caminhando em direção à própria ruína mas não se dá conta, ou finge não perceber.

Apenas abandonando essa consciência embranquecida e arrogante, que nos é ensinada desde os primeiros anos da vida escolar, e se repete ao longo da nossa formação intelectual e enquanto seres humanos, é que seremos capazes de romper certas amarras coloniais impostas pela doutrinação epistêmica ocidental. Não estabelecer uma relação de superioridade entre os saberes, reconhecê-los na sua diversidade, numa relação horizontal, talvez, e só talvez, nos permita ter ideias para adiar os fins dos nossos mundos.

## Referências

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser**. 2005, (Doutorado em Filosofia da Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo,



São Paulo, 2005.

DANTAS, Luis Thiago Freire. **Descolonização curricular: a Filosofia Africana no ensino médio.** São Paulo: Ed. PerSe, 2015.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: uma breve história da humanidade.** Trad. Janaína Marcoantonio. Porto Alegre: L&PM, 2014.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu. Palavras de um xamã yanomami.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo.** 1a ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MIGNOLO, Walter. **Desobediência Epistémica: Retórica de la colonialidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad.** Buenos Aires. Ediciones del Signo, 2010.

REGAZOLI, Juliana. **Ensino de filosofia e feminismo negro decolonial.** In: SEMINÁRIO DE FILOSOFIA E SOCIEDADE: GOVERNO E GOVERNANÇA, DIREITOS HUMANOS E BIOPOLÍTICA E V COLÓQUIO SOBRE EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO CULTURAL E SOCIEDADE, 4, 2018, Criciúma. Anais... Criciúma: UNESC, 2018, 4v, Disponibilidade em: SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se Negro: As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social.** Rio de Janeiro. Edições Graal, 1983.

WALSH, Catherine. **Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial.** In Candau, Vera Maria (org). **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas.** 2009.

Recebido em 15 de outubro de 2019.

Aceito em 1º de novembro de 2019.